

1 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE

2 FRANCA – 27 DE AGOSTO DE 2020.

Ao vigésimo sétimo (27°) dia do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas e dez minutos (8h10), iniciou-se a 3 4 terceira (3^a) reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no formato virtual devido a situação 5 de emergência em saúde pública da Covid-19, conforme recomendações e orientações normativas, realizada por meio 6 da plataforma de videoconferência da Prefeitura pelo link: https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9. A 7 reunião foi coordenada pela Presidente e Conselheira Titular do Poder Público, representando a Unidade 8 Municipal de Assistência Social, Senhora Lucinéia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião dezessete 9 (17) conselheiros(as), sendo oito (8) da Sociedade Civil e nove (9) do Poder Público, com (as) os seguintes 10 Conselheiras(os) Titulares: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Rosicler Lemos da 11 Silva, Jean Euripedes da Silva Ferreira, Jane Izabel Miranda Biagiotti, Maria Aparecida Morais Oliveira, Lucinéia 12 Silva Sartori Coelho, Juliana Rossato Souza Rodrigues, Adriana da Silva Bazon, Geisla Fábia Pinto. 13 Conselheiros Suplentes na Titularidade: Josiane Aparecida Antunes Campos, Roberta Pucci de Melo, Ana 14 Maria Aparecida Garcia Bisco. Conselheiros Suplentes: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Alessandra Aparecida 15 da Silva, Irene da Conceição Silva, Eder Furtado Ribeiro. Conselheiros(as) que justificaram ausência: Yheda Maria Lanes Gaioli, Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Kelly Regina da Silva, Luzia Regina Alves, Iara Flávia 16 17 Afonso Guimarães, Sonia Regina Barbosa Quirino e Angélica Consuelo Peroni. Participaram do primeiro 18 momento da reunião as(os) seguintes convidadas(os): Eliete, Lisandra e Carmen, representantes da Secretaria de 19 Ação Social; Thiago, representante do sistema GESUAS; Everson, representante da informática da prefeitura; e 20 no segundo momento também compuseram a reunião as(os) seguintes convidadas(os): Túlio, representante do 21 Fórum da População em Situação de Rua e Presidente do COMAD; Simone, representante do Fórum da 22 População em Situação de Rua e do ForttSUAS-RF; Katiscilene e Maria Inês, representando o Centro Pop; 23 Roberta e Oiter, representando o Abrigo; Richeli, representante da Casa de Passagem; Letícia, representando a 24 Coordenadoria Municipal de Saúde; Ana Lellis, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Akysa, 25 representante da AJUP e do Núcleo de Cidadania Ativa da Unesp - NCA; Mariana, advogada representante do 26 NCA, Elaine, advogada representante do NCA. A pauta da reunião foi aprovada da seguinte forma: <u>1 – Ordem do</u> 27 dia: Chamada e Verificação de quorum; - Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 2 -28 Aprovação da pauta; 3. Assuntos –3.1 – Apresentação do Sistema GESUAS e deliberação sobre proposta de 29 contratação do sistema pelo Órgão Gestor; 3.2- Discussão sobre demandas do Fórum da População em 30 Situação de Rua - Serviços para a população em situação de rua. A Presidente Lucinéia, iniciou a reunião 31 cumprimentando os presentes e dando as boas vindas aos convidados, em especial ao técnico do GESUAS que se 32 dispôs a apresentar o Sistema para o colegiado. Em seguida, a Secretária Executiva Maria Amélia realizou a 33 chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, bem como, as justificativas de ausência. A



35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

Secretária fez a leitura da pauta a qual foi aprovada. Passou-se então ao primeiro assunto, item 3.1 -Apresentação do Sistema GESUAS e deliberação sobre proposta de contratação do sistema pelo Órgão Gestor - A Secretária de Ação Social, senhora Eliete, fez a introdução do assunto destacando que o formato utilizado atualmente para inserção e armazenamento de dados e informações ainda é bastante ultrapassado e realizado individualmente pelos(as) trabalhadores(as). Diante disso, com o intuito de melhorar a coleta, inserção e o armazenamento de dados, unificando os registros com base na política de assistência social, foi vislumbrado um novo tipo de sistema que abrangeria todas essas funções. Para explanação do funcionamento do sistema, foi passada a palavra ao Thiago, consultor do GESUAS e especialista na gestão do SUAS, que apresentou algumas telas do sistema, bem como, as funcionalidades deste. Iniciando a sua explicação, Thiago ressaltou que para seu efetivo funcionamento, o aparelho onde o sistema está sendo utilizado precisa estar conectado a internet. Disse que para a elaboração desse sistema foi feita uma análise e estudo aprofundado voltado para as necessidades e especificidades do SUAS, sendo este um programa que já conta com os selos de segurança. Destacou que há a possibilidade de uma quantidade ilimitada de pessoas serem inseridas e acessando a rede, porém cada profissional acessa de forma personalizada e de acordo com seu perfil de usuário. O acesso restrito é apenas para o preenchimento de informações, mas a visualização do todo pode ser feita por qualquer técnico, que conseguirá visualizar os dados da família, tais como, informações pessoais, quantos atendimentos foram realizados, o histórico de concessão de benefícios, assim como as vulnerabilidades e o histórico de violações de direitos. O mecanismo também permite a geração de relatórios de dados e informações gerais diversas, tais como, famílias que estão em situação de vulnerabilidade, famílias que estão sendo atendidas por uma unidade específica, situação de violência e outros, fornecendo então uma visão geral da situação da cidade e até mesmo por região territorial. Observa-se assim, que esse sistema pode ser utilizado como uma ferramenta de diagnóstico e vigilância socioassistencial. Após a finalização da apresentação, a palavra foi aberta ao colegiado para que fizessem perguntas e esclarecimentos, por meio do chat ou por manifestação oral. Iniciando a abertura para perguntas, a Presidente do CMAS, Lucineia, questionou se o Conselho poderia ter acesso ao programa e suas informações, considerando a função do colegiado de controle social e fiscalização. Thiago esclareceu que é possível permitir o acesso de conselheiros(as) para visualizarem as informações, sendo necessário apenas definir quantas pessoas necessitariam de ter um usuário gerado e quais informações esses poderiam acessar. Passando para o questionamento seguinte, foi indagado se toda a rede socioassistencial seria beneficiada com esse sistema, e ainda se o mesmo foi programado em um formato definido ou se teria possibilidade de adequar de acordo com as necessidades do município. O consultor Thiago esclareceu que toda a rede socioassistencial poderá ser contemplada com o acesso e implantação do programa, e que existe a possibilidade de ser formatado de acordo com as necessidades, sem custo adicional, caso essas alterações estejam de acordo com as orientações técnicas e dentro da lei que abrange esses sistemas de atendimento. Outra questão apresentada referiu-se a possibilidade de



68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

inserção de programas do município, o que foi confirmado pelo consultor. Questionado também sobre a possibilidade de suporte técnico mediante surgimento de dúvidas, bem como, a capacitação dos trabalhadores, Thiago ressaltou que o suporte é realizado pelo próprio sistema que já possui uma aba onde é possível solicitar auxílio dos técnicos. Disse ainda que ao ser implantado o sistema no município, haverá um treinamento especializado para todos os trabalhadores sobre as funções do sistema e como utilizá-las, além do acompanhamento que é feito para alinhamento da utilização do programa. Foi apresentada uma dúvida sobre a possibilidade de registrar atividades coletivas no sistema, bem como as demandas reprimidas. Thiago confirmou essa possibilidade, demonstrando a tela do sistema. Com relação a questão sobre a instabilidade da internet da prefeitura e a possibilidade de utilizar os formulários de forma manual, Thiago destacou que a proposta é a inserção de todas as informações diretamente no sistema, porém os profissionais serão orientados e possuirão meios de anotar informações no formulário, manualmente, caso haja algum problema que impeça essa inserção no sistema durante o atendimento. Esclareceu também que existirão diferentes perfis de acesso, de acordo com o tipo de usuário, profissional de nível médio, superior, conselheiro, etc. Outra dúvida apresentada referiu-se a possibilidade de migração de dados de outros sistemas próprios, a qual, o consultor respondeu que havendo um sistema interno e próprio das entidades, a inserção sim é possível, porém ambos os sistemas terão que ser alimentados. Após a finalização das dúvidas, a Secretária Eliete agradeceu a participação e explicação, e destacou que caso seja aprovado pelo colegiado, a prefeitura abrirá um processo licitatório no qual vencerá a melhor proposta, portanto não há garantias de que essa empresa será a contratada. Esclareceu que os valores inicialmente orçados junto a empresa referem-se ao custo de instalação e treinamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o direito de uso R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) por pessoa cadastrada, além dos valores de manutenção mensal pelo período de um ano, conforme já apresentado na reunião anterior do colegiado. Desta forma a contratação do sistema foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Finalizada a primeira parte da reunião, deu-se inicio às discussões relativas ao item 3.2- Discussão sobre demandas do Fórum da População em Situação de Rua - Serviços para a população em situação de rua - Os representantes do fórum da população em situação de rua, profissionais dos serviços para a população em situação de rua, representante da OAB e outros adentraram a reunião para discussão e sugestões referentes ao tema. A Presidente do Conselho, Lucinéia, esclareceu que o Fórum da População em Situação de Rua solicitou uma reunião com o CMAS para discussão sobre as demandas e preocupações no atendimento à população em situação de rua, especialmente neste período de pandemia. Desta forma foi proposta a realização desta reunião ampliada com os diversos órgãos envolvidos para discutir sobre o tema, bem como, para que cada um apresente suas demandas e sugestões. Inicialmente, a Presidente realizou uma breve contextualização histórica da atuação do CMAS junto ao atendimento da população em situação de rua desde 2012. A mesma apresentou dados observados sobre o crescente número de pessoas em situação de rua no município e também no país destacando que no período de 08



101102

103

104

105

106

107

108109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125126

127

128

129

130

131

132

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

(oito) anos o número de moradores de rua aumentou em quase 160% (cento e sessenta por cento), sendo um aumento considerável que torna-se preocupante para todos. Relembrou que foram realizados eventos no município para discussão dessa temática, tais como, o Seminário População em Situação de Rua e Politicas Públicas, em 2012; em 2013, a Secretaria de Ação Social organizou o Seminário "A Concepção da busca ativa na assistência Social" e neste mesmo ano foi instalado o Centro POP; e em 2018 foi realizado o Fórum Municipal da População em Situação de Rua, pelo CMAS em parceria com a Gestão, que culminou com a proposta de constituição do Fórum Permanente. Pontuou que durante todos esses anos sempre ocorreram situações e movimentos contrários à população em situação de rua no município, destacando a detenção de moradores de rua por "vadiagem" em 2012; o abaixo assinado de comerciantes pelo fechamento do Centro POP, assim que ele foi implantado em 2013; posteriormente houve um abaixo assinado em defesa da permanência do Centro POP pelos frequentadores do local, com 266 assinaturas; corte da alimentação (marmitex) por um período; movimentos de violência e recolhimento de pertences pela polícia, dentre outras situações de ataque a esse público. Essas situações demandaram atuação da Defensoria Pública, Ministério Público, CMAS e enfrentamento da Gestão da Assistência Social. Foram elaboradas Notas de Repúdio, oficios do CMAS cobrando providências, instaurados inquéritos civis, a publicação do Decreto Municipal de zeladoria urbana de respeito e observância aos direitos fundamentais da população em situação de rua, dentre outras ações. A conselheira Tina, pontuou que em todas as mudanças de Gestor da Assistência Social, verificou-se investidas contra esse serviço. Simone, trabalhadora da assistência social e integrante do Fórum da População em Situação de Rua, afirmou que os ataques realizados pela mídia são constantes e sempre ocorreram. Após a explanação, Lucineia passou a palavra para o representante do Fórum, Túlio, que manifestou a sua percepção sobre a situação atual, demonstrando a importância de ouvir a população que vive essa realidade. Assim, o Fórum elaborou uma pesquisa que foi aplicada junto a população que frequenta o Centro POP por meio de um formulário, com um espaço amostral de 10% da população em situação de rua de Franca. O questionário e a tabulação deste segue anexo a esta ata. Túlio foi apresentando e fazendo uma leitura dos dados colhidos. A primeira questão apontada demonstra a importância que o centro pop tem na vida dessas pessoas, onde a maioria aponta que é um recurso necessário; em outra questão afirmam ter dificuldade de acesso ao serviço na nova localização, portanto o frequentam com menos assiduidade ou nem chegaram a frequentar. Na sequência foi perguntado quais são as principais dificuldades que resultaram a esse baixo acesso, sendo apresentadas com maior frequência: a distância, a falta de estrutura adequada, a não distribuição de alimentos no local do serviço; mostram ainda uma clara visão da falta de profissionais no Centro Pop, e uma insatisfação com a falta de distribuição de marmitas no local, já que eles possuem dificuldade de acesso as marmitas quando são distribuídas no "Bom Prato" devido a distância, preconceito, excesso de burocracia, ressaltando ainda que além de ser difícil acessar as refeições, elas são insuficientes. Após finalizar a apresentação dos dados, Eliete agradeceu o compartilhamento de informações e disse ser importante o acesso às mesmas para



134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

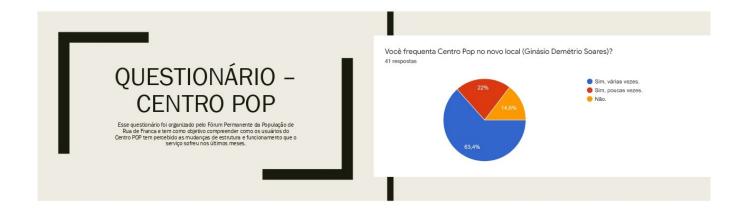
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

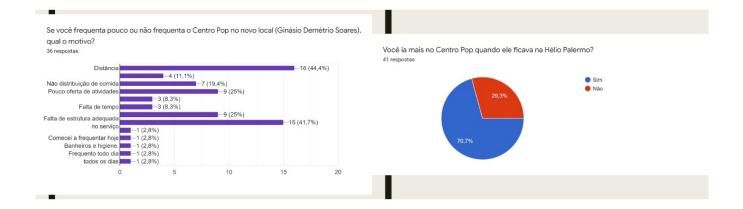
os envolvidos nessa questão, como a própria Secretaria e o Centro Pop. Afirmou que mediante esse contexto de pandemia foi necessário reorganizar os serviços de atendimento para a população em situação de rua. Disse que a mudança das instalações do Centro Pop foi uma medida de caráter temporário, porém muito necessária levando em consideração a pandemia vivenciada que exige um distanciamento social, o qual as antigas instalações não conseguiam suprir devido ao espaço reduzido. Salientou que o local original do Centro Pop já se mostrava inadequado anteriormente ao início da pandemia, e considerando que o mesmo é alugado, não há possibilidade de realizar adequações estruturais no espaço conforme a necessidade. A gestão está em busca de um novo espaço para implantar esse serviço, pontuando que já tem um imóvel em potencial, que possui uma estrutura mais adequada para atender a população, citando o antigo Centro Social Urbano-CSU, que é um próprio público, hoje ocupado pelo Estado, onde está instalada a Polícia Civil, que está em vias de mudança. Salientou, porém que existem trâmites e prazos nos órgãos públicos que devem ser seguidos, o que muitas vezes dificulta que as mudanças ocorram em caráter de urgência. Destacou a importância da recomposição das equipes, informando que foram criadas as funções de orientadores sociais para abordagem social, porém esse processo torna-se impossibilitado na atual situação de pandemia em razão de legislação nacional que impede a contratação até final de 2021. Manifestou preocupação com a dificuldade de acolhimento das pessoas em situação de rua, que testaram positivo para a COVID-19 e estão assintomáticas. Já possui um local, porém está com dificuldades de recrutar recursos humanos e não consegue o apoio de outras secretarias, citando a Secretaria de Saúde. Em seguida passou a palavra para Katiscelene, coordenadora do Centro POP para que a mesma apresente as considerações da equipe. A mesma destacou as dificuldades e a realidade enfrentada pelos profissionais no atendimento a população em situação de rua. Salientou que a mudança de local dificultou um pouco mais, pois houve um distanciamento dos lacos devido à não assiduidade dos usuários, e essa situação mostra-se extremamente prejudicial ao processo de acolhida e suporte aos moradores de rua. Ressaltou que esse vínculo foi o responsável pelo sucesso do serviço, e a perda do mesmo pode ser responsável pela desestruturação de tudo que foi construído. Pontuou também a precariedade da condição de vida desses moradores, que não possuem banheiro público para usar, água para consumo, dentre outros, situação que se agrava na pandemia. Após, passou-se as discussões e questionamentos sobre o prazo definido para a mudança do Centro POP, bem como, o receio de instalar o serviço ao lado da Delegacia, considerando o histórico de violência contra essa população. A secretária salientou que não pode prever prazo, uma vez que depende da desocupação do espaço pelo Estado e quanto ao local, disse que a equipe não considerou que essa questão seria um entrave. Mediante todas as explicações, o colegiado debateu sobre a dificuldade desse momento e da própria execução do serviço que mostra-se de alta complexidade, bem como, dos entraves para aquisição de produtos e serviços essenciais. Foram elencadas algumas sugestões para auxiliar nessa situação, tais como: anexar a pesquisa feita para acesso de todos os envolvidos; desenvolver um serviço de lavanderia local coletiva onde os moradores possam lavar suas roupas; questionar o executivo municipal e o

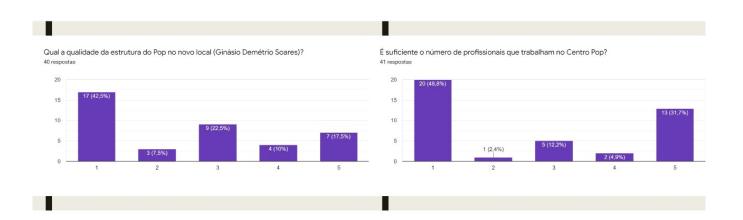


Tribunal de Contas sobre o não atendimento ao decreto de calamidade pública para agilizar a aquisição de produtos e serviços da politica de assistência social, caracterizada como politica pública essencial; instalação de banheiros públicos e bebedouros, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e agendamento de reunião com o Prefeito para apresentar as demandas e prioridades para o atendimento da população em situação de rua. Como encaminhamento definiu-se pela realização de nova reunião, no dia 10 de setembro, com um ou dois representantes de cada órgão envolvido com o objetivo de definir uma pauta e documento a ser protocolado na reunião com o prefeito, a ser agendada posteriormente pela Secretaria Eliete. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada às onze horas e quarenta e cinco minutos (11h45). Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada constará a lista de presença.



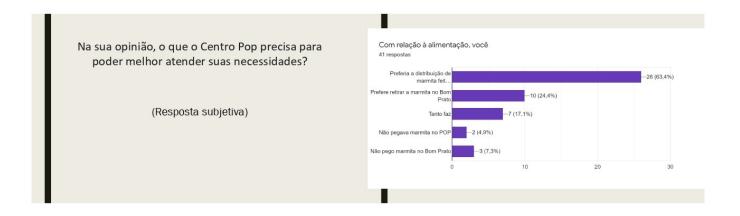


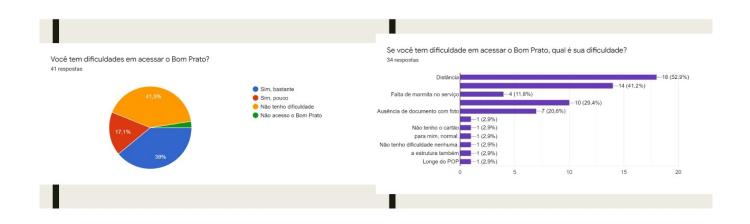












198

